

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO**

**A FÁBRICA RIO ANIL: Industrialização maranhense e
condições de trabalho do operariado.**

Rosenilde de Jesus Barbosa Silva

**Monografia apresentada ao curso de História
da Universidade Estadual do Maranhão como
requisito para obtenção do grau de
Especialista em História do Maranhão.**

**São Luis-MA
2005**

Silva, Rosenilde de Jesus Barbosa.

A FÁBRICA RIO ANIL: Industrialização maranhense e condições de trabalho do operariado/ Rosenilde de Jesus Barbosa Silva.
_ São Luís, 2005.

64p.

1. Fábrica – Trabalho – Operários. I. Título

CDU : 658.112.3:331.1-058.234.2 (812.1)

A FÁBRICA RIO ANIL: Industrialização maranhense e condições de trabalho do operariado

Rosenilde de Jesus Barbosa Silva

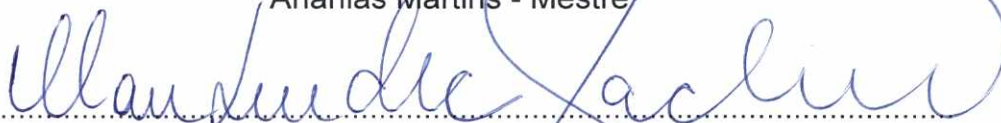
Aprovada em: 07, Janeiro, 2006

Banca Examinadora:



.....
Marcelo Cheche Galves - Mestre
(Orientador)

.....
Ananias Martins - Mestre



.....
Alan Kardec Gomes Pacheco Filho - Mestre

“ O trabalhador é a fonte de toda a riqueza. Quem tem produzido todos os alimentos? O pobre e mal alimentado lavrador. Quem construiu todas as casas e armazéns, e os palácios, que pertencem aos ricos, que jamais trabalham ou produzem qualquer coisa? O trabalhador. Quem tece todos os fios e faz o tecido? As tecedoras e os tecelões. Ainda, assim o operário continua pobre, ao passo que os que não trabalham são ricos e possuem abundância em excesso”.

(Eric J.Hobsbawn)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, e em especial:

A DEUS, o Senhor da minha vida, pelo seu grandioso amor, e pelo sustento nos momentos atribulados.

A minha mãe, Aurora Pires Barbosa Silva, pelo carinho e paciência.

Ao meu marido Silvino Goulart, pelo incentivo, compreensão e acima de tudo pelo carinho e paciência que me fizeram prosseguir para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Marcelo Cheche Galves, meu orientador, pela sua competência, atenção, cordialidade.

Ao Historiador do Estado do Maranhão, Mestre em História Cultural, Ananias Martins, pela sua valiosa colaboração

Aos ex-operários Maria Amaral, João Carramilo, Maria das Dores, Hilda Nogueira, Clóvis Carramilo, por fazerem parte da história da Fábrica Rio Anil e pela prontidão em colaborar com seus depoimentos.

O meu muito obrigado a todos.

A FABRICA RIO ANIL: Industrialização maranhense e condições de trabalho do operariado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A INDUSTRIALIZAÇÃO E OS IMPEDIMENTOS INICIAIS NO BRASIL	12
3 O PARQUE FABRIL MARANHENSE	18
4 A FÁBRICA RIO ANIL	28
4.1 Aspectos físicos, econômicos e de infra-estrutura para a instalação da fábrica	28
4.2 Gênese, infra-estrutura e funcionamento	29
4.3 Processo de Produção	37
5 OPERÁRIOS DA RIO ANIL	39
5.1 Recrutamento e Seleção	39
5.2 Relação do processo produtivo com o trabalho	42
5.3 Salários	45
5.4 Formas de exploração	49
5.5 O fim de tudo: a falência da fábrica	53
6 CONCLUSÃO	58
7 ANEXOS	60
8 BIBLIOGRAFIA	62

RESUMO

Aborda o processo fabril do Maranhão iniciado no final do século XIX, destacando a unidade Fábrica de Tecidos Rio Anil. Analisa principalmente o período de 1950 a 1966, em busca de resgatar com prioridade as relações de conflito que existem entre trabalho versus capital, no contexto de exploração do trabalho fabril. Analisa, ainda, a importância da fábrica para o operariado, este, naquela circunstância inexperiente quanto à prática de fábrica em uma comunidade acostumada aos costumes de subsistência tradicionais.

Palavras-chave: fábrica – trabalho – operários.

SUMMARY

Approaches the process manufacturer of the Maranhão initiated in the end of century XIX, detaching the unit Fabric Plant River Indigo. The 1966 analyze the period of 1950 mainly, in search to rescue with priority the relations of conflict that existentem between work versus capital, in the context of exploration of the work manufacturer. It still analyzes the importance of the plant the work force, this, in that inexperienced circumstance how much to the practical one of plant in a customary community to the traditional customs of subsistence. Word-key: plant - work - laborers.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho tem como objetivo discutir o processo de industrialização no Maranhão a partir da instalação da Fábrica Rio Anil e das condições de vida dos operários abordando a relação existente entre o trabalho e o capital numa perspectiva contextualizante do processo de exploração do trabalho no mundo fabril. Busca-se, ainda, detectar a real importância dessa fábrica para o operariado, tendo em vista o grau de inexperiência desses trabalhadores ao desenvolvimento industrial têxtil maranhense.

Ao estudar-se a história da industrialização têxtil no Maranhão pode-se constatar que o Estado teve seu momento de ascensão econômica com a instalação de várias fábricas, dentre elas a Fábrica de Tecidos Rio Anil, que propiciou a oportunidade de emprego a muitas pessoas, além de contribuir para o desenvolvimento da localidade.

A escolha do tema em questão surgiu da necessidade de se conhecer de forma mais aprofundada a história de uma das unidades operadoras do parque têxtil maranhense, fomentando uma abordagem historiográfica sobre a vida laboriosa que os seus operários suportavam, enfatizando as relações de trabalho e as condições vividas em relação ao regime trabalhista os quais permeavam o ambiente fabril.

Por se tratar de uma temática que envolve o trabalho fabril e suas relações entre patrão e empregado - trabalho este caracterizado por ser árduo, com jornadas laborais acima de oito horas diárias, salários que não davam para suprir as necessidades do operário, além de péssimas condições de trabalho - fica a patente problemática em explicar a satisfação dos operários da Fábrica Rio Anil, simplificada nas palavras de uma tecelã cuja grande satisfação considera o trabalho na Fábrica ótimo mesmo sabendo-se da forte exploração existente no meio fabril, o que faz deste trabalho uma abordagem introdutória sobre o tema passível de aprofundamentos posteriores.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica de autores que escreveram sobre a temática em questão, entrevistas e conversas informais com ex-operários da fábrica, além de documentos de arquivo como jornais e revistas. É feita a utilização da história oral, através de entrevistas com ex-operários, com a finalidade de obter informações sobre o funcionamento da fábrica e sua importância para os seus moradores, pois para NEVES (2000, P.109):

a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a História, constitui-se, também, como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente.

As entrevistas foram conseguidas com certa dificuldade, pois são poucos os operários que ainda guardam na memória recordações daquela época, além de encontrá-los com disponibilidade para tal, uma vez que já são pessoas idosas e requerem cuidados especiais de saúde.

Dessa forma o presente trabalho foi organizado e estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo buscou-se uma contextualização sobre a industrialização como marco para o surgimento das fábricas e dos operários fabris, objeto do tema proposto, pois se sabe que importantes transformações na vida da humanidade marcaram a sua trajetória histórica.

Esta é uma referência ao desenvolvimento industrial ocorrido na Inglaterra, que se expandiu posteriormente a outros países, e que marcou completamente o comportamento de milhares de pessoas, atingindo de forma crucial seus modos de vida. Pois, com o surgimento da industrialização surgiram também duas classes distintas: de um lado a Burguesia, detentora do capital e dos meios de produção, e do outro, o proletariado formado pelos trabalhadores assalariados.

Com essa moderna industrialização o trabalho artesanal, em que o homem era detentor de todo o processo dá lugar a um novo processo industrial com profundas modificações sociais. Surge, assim uma nova situação: o trabalho em ambientes fechados, às vezes confinados, ao que se denominou de fábrica.

Esse sistema de fábrica ocasionou a perda do controle que os trabalhadores domésticos possuíam por sua produção, uma vez que na fábrica, a hierarquia, a disciplina, a vigilância e outras formas de controle submeteram os trabalhadores a um regime em que seriam subordinados ao domínio do capitalista. Esses trabalhadores puderam sentir em suas vidas o poder destruidor desse novo princípio normativo

imposto pelo capital industrial. Sentiram na própria pele a transformação radical do conceito de trabalho, uma vez que essa nova realidade exigiu do homem pobre a sua submissão completa ao mando do patrão.

Essa expansão industrial alcançou vários países, inclusive o Brasil, e que, inicialmente se deu de forma incipiente, mas superou-se até abranger o Maranhão, o que impulsionou a formação de um parque industrial no Estado. Ainda neste capítulo serão abordados aspectos sobre a instalação do parque têxtil do Maranhão, sua importância para a economia maranhense, assim como serão elencadas as indústrias que fizeram parte desse parque industrial.

No segundo capítulo trata-se da trajetória da Rio Anil desde sua fundação, destacando os problemas que ela enfrentou para funcionar, pois sabe-se que não foi fácil para seus fundadores manter em funcionamento um empreendimento do porte da Rio Anil, haja vista as crises financeiras enfrentadas interna e externamente no Estado.

A criação de uma fábrica como a Rio Anil constituiu fato relevante para os moradores anilenses, pois desde a sua instalação, pôde ofertar empregos a muita gente pobre, praticamente sem estudos, que encontraram na fábrica um meio de sobrevivência. Através do seu funcionamento houve um aumento populacional da localidade, pois era de interesse dos patrões alugar casas para seus operários com a finalidade de que os mesmos não se atrasassem para a produção.

No terceiro capítulo trata-se dos operários, sua vivência dentro e fora da fábrica, pois de acordo com as pesquisas de campo pode-se perceber o grau de empatia existente entre os operários e a fábrica. Para eles, esta, é caracterizada como o orgulho do bairro tendo, em vista o progresso populacional e econômico do mesmo, graças à instalação dessa fábrica. Para eles, é ainda a razão de viver, pois foi na fábrica que conheceram suas(eu) esposas(o), tiveram seus filhos... Percebe-se, também, que nos relatos há uma unanimidade em declarar um acentuado saudosismo do tempo em que viveram naquela que chamavam de mãe, pois era ela quem lhe dava o sustento para sobreviver, e que constituía uma das maravilhas da localidade. Abordaremos, ainda, neste capítulo, o que levou a Rio Anil, uma empresa criada para oferecer empregos, a fecharem suas portas.

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS IMPEDIMENTOS INICIAIS NO BRASIL

A industrialização teve sua origem na Inglaterra, por volta dos séculos XVIII e XIX, quando ocorreu a Revolução Industrial gerando um processo de profundas transformações econômico-sociais, de onde se expandiu para outros países da Europa, além da América e Japão. *Neste processo houve uma transferência da supremacia econômica do capital comercial ao capital industrial (SODRÉ, 2002, p.187)*, caracterizado pela passagem da manufatura à indústria mecânica com a introdução de máquinas fabris, ocasionando múltiplo rendimento do trabalho e aumento na produção global, da substituição das ferramentas pelas máquinas, e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril, acompanhado de notável evolução tecnológica,

cujo êxito deve ser atribuído aos grandes progressos técnicos da época, motivados por um, cada vez maior, mercado mundial e por uma relativa abundância da matéria-prima: o algodão (MESQUITA, 1987 p.07)

Ao ocorrer essas transformações verifica-se que uma parcela significativa dos indivíduos é impelida a trocar suas antigas atividades domésticas para ocuparem-se da produção industrial. Nessa ocasião surge, então, duas categorias distintas: o operário sujeito ao relógio social, cujos deveres servis são o de produzir e viver conforme as regras industriais; e a outra, a dona dessa atividade fabril, ou seja a Burguesia Industrial.

Apesar do seu crescimento na Europa o processo de implantação de estabelecimentos fabris no Brasil ocorreu lentamente, a princípio porque o pacto colonial – exclusivismo comercial baseado numa relação de domínio político e econômico da metrópole sobre a colônia - impedia a produção de manufaturados , pois o nosso país na condição de colônia não poderia competir com a metrópole, Portugal, sendo-lhe permitido apenas servir como fonte de enriquecimento. Segundo NOVAIS (2002, p.61-62), o exclusivismo comercial funcionava da seguinte maneira:

O exclusivismo metropolitano do comércio colonial consiste em sumo na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais, ancilares. Efetivamente, detendo a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores da mãe-pátria podiam deprimir na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo; na revenda na metrópole, onde dispunham da exclusividade da oferta, garantia-lhes sobrelucros por dois lados – na compra e na venda... Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preço de mercado na Europa , podiam revendê-los na colônia no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria impraticável.

E, ainda segundo Caio Prado Júnior(1970, p.126) *O Brasil existia para fornecer-lhe ouro e diamante, açúcar, tabaco, algodão. Todos os atos da administração portugueses com relação à colônia têm por objeto favorecer aquelas atividades que enriqueciam o seu comércio.*

No ano de 1785, com o alvará assinado por D.Maria I, as atividades fabris foram proibidas no país e as existentes foram desativadas. Com essa medida o Brasil ficou por muito tempo atrasado em relação aos outros países industrializados, uma vez que não possuía autonomia econômica.

Além das atitudes políticas e comerciais impostas pela Metrópole, circunstâncias específicas, também, concorreram para a dificuldade da implantação de estabelecimentos industriais no Brasil (PRADO JÚNIOR, 1995, p.257-258):

A deficiência das fontes de energia: atualmente as pobres jazidas de carvão de pedra, além de qualidade inferior, são de exploração precária e difícil, e energia é condição primordial da moderna indústria maquinofatureira; A siderurgia: apesar do nosso país possuir a matéria-prima (ferro) em abundância, tanto em qualidade quanto em quantidade, a mesma por encontrar-se em locais de difícil acesso torna-se quase inviável o seu aproveitamento pelos grandes centros consumidores do país; A deficiência de mercados consumidores: os poucos milhões de habitantes viviam em núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contatos. Era esse o mercado consumidor oferecido à indústria brasileira, o que não poderia ser mais desfavorável.

Com a chegada da família real, em 1808, ocorreu a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior e a rudimentar indústria artesanal que existia na Colônia foi aniquilada. E, ainda, a concorrência de mercadorias estrangeiras ao mercado brasileiro, em virtude do baixo preço nas taxas alfandegárias e a qualidade e preço dos

nossos produtos sem condições de concorrer com os produtos importados da Inglaterra, a grande potência da época, que desenvolvia a sua industrialização aceleradamente, impediu que o Brasil desenvolvesse atividades industriais.

Posteriormente medidas isoladas e fatores circunstanciais contribuíram para a existência de atividades fabris, mesmo que operassem de forma incipiente:

- As taxas alfandegárias.

Em 1828 o Brasil começou a taxar em 15% (quinze por cento) as mercadorias estrangeiras que entravam no país, e em 1844, a Lei Alves Branco ampliou a taxa para 30% (trinta por cento), e em certos casos para até 60% (sessenta por cento). Essa medida possibilitou a existência de estabelecimentos fabris, internamente, em alguns pontos do país.

- Disponibilidade de capitais

Em 1850, com a proibição do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queirós, o capital que era investido na compra de escravos, tornou-se disponível para que fosse parcialmente aplicado em atividades industriais, que foram se ampliando, principalmente nos ramos têxtil e alimentício.

- Substituição de importação

O Brasil tinha que pagar, no estrangeiro, as manufaturas necessárias ao consumo, todavia as exportações não acompanhavam o ritmo crescente da população, gerando declínio no câmbio monetário e que por conseqüência disso encarecia a mercadoria de importação, e assim a viabilidade seria exercer sua produção dentro do próprio país do que importar mercadorias.

- a produção local de matéria-prima de grande importância para ela: o algodão, além da disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço.

E assim o Brasil inicia seu desenvolvimento industrial em que as atividades têxteis representaram substancialmente um avanço na economia brasileira. Porém os primeiros resultados apreciáveis ocorreriam no último decênio do império (1880-89), quando o maior número de estabelecimentos industriais, subiu significativamente, em 1881, seria de 200 unidades, alcançando no último ano da monarquia mais de 600 unidades, abrangendo não somente o ramo têxtil como também alimentício, o de produtos químicos, de madeira, de vestuário e metalurgia. Esse processo teve continuidade nos primeiros anos da República. (PRADO JÚNIOR, 1994).

O capital industrial nascente, segundo MELO (1990, p.22):

(...) lançou-se, primordialmente, à produção de mercadorias para consumo dos trabalhadores – alimentos, têxteis, calçados – contudo, para isso, com matérias-primas nacionais, força de trabalho, e não menos importância, tecnologia acessível, totalmente incorporada aos equipamentos, tamanho mínimo de planta e esforço de investimento absolutamente compatíveis para o nosso grau de desenvolvimento capitalista.

Esse processo industrial, de acordo com a autora, representou significativa expansão, principalmente, no primeiro quarto do século XX, graças à capacidade produtiva da indústria têxtil:

As estatísticas sobre o aumento do número de fábricas e equipamentos na indústria têxtil algodoeiro, entre 1905 a 1921, dão uma idéia da extensão das transformações ocorridas nesse período. Em 1921, o Brasil possuía 242 fábricas de tecidos de algodão, em 1905 apenas 10; o número de fusos saltou

de 34.928 no início do período para 1.521.300 em 1921; os teares, por sua vez, aumentaram de 24.420 para 57.208. Em 1921 as fábricas de tecidos de algodão empregavam 108.960 pessoas, quase 3 vezes mais que em 1905.(MELO, 1990, p.23).

A indústria têxtil do Sudeste proporcionou ao Brasil um acréscimo em suas unidades fabris, tornando-se a atividade principal da região pela sua produção de fios e tecidos. Além do Sudeste outros estabelecimentos fabris foram sendo implantados no país. A exceção estava apenas nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás. Essa produção industrial possibilitou o capital brasileiro concorrer ao mercado estrangeiro. MELO (1990, p.22) refere-se ao fato constatando que:

A fabricação de fios e tecidos, inegavelmente, durante a primeira República, foi a principal atividade de transformação industrial do país. Fábricas foram implantadas em todas as regiões brasileiras, com exclusão do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás". (...)A produção constituía-se, na maior parte, de tecidos grossos, fato que possibilitou o capital industrial brasileiro enfrentar vitoriosamente, a concorrência estrangeira, especialmente a inglesa; a produção de sacaria para produtos agrícolas ocupou também lugar de relevo.

No ano de 1907 é realizado o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais com 665.663\$000 de capital, e empregando 150.841 operários, permanecendo esse contingente por todo o ano numa estrutura em que a indústria têxtil e a de alimentação compreenderam a maior parte substancial do conjunto; sua maior concentração estaria nas indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta. (PRADO JÚNIOR, 1994)

A indústria têxtil ocupou naquele momento econômico, significativamente, o primeiro plano na atividade industrial, graças à utilização de máquinas, o que ocasionou várias transformações na organização do trabalho, na concentração da produção em fábricas e da valorização do capital como motor da economia capitalista, além de

promover mudanças no comportamento de milhares de pessoas que se sentiram absorvidas pela nova organização econômica e social do país.

3 O PARQUE FABRIL MARANHENSE

O Maranhão, no registro de sua história econômica tem uma fase de importante contribuição para a história fabril brasileira, principalmente quando esta se iniciou como surto decorrente de fatores conjunturais vistos anteriormente. Há registros da forma pioneira e circunstancial deste processo.

Analisando o período colonial nota-se que inicialmente a economia maranhense estava baseada apenas numa economia de subsistência, ou seja tudo o que era produzido destinava-se apenas para o consumo próprio, sem grandes perspectivas, haja vista não haver uma conexão com o modelo agro-exportador adotado pelo Brasil. Por isso, a economia maranhense por ser apenas de subsistência se dava de forma lenta e desarticulada do sistema colonial português.

O Maranhão, porém, vai vivenciar um período de grande prosperidade econômica que o colocará em posição de destaque entre os mais prósperos da colônia. Esse período se inicia com a criação da Companhia de Comércio Geral do Grão Pará e Maranhão, pelo Primeiro Ministro de Portugal Marquês de Pombal. A Companhia apesar de ofertar bons negócios como o fornecimento de crédito, escravos e ferramentas aos lavradores, não era bem vista, gerando um certo descontentamento

entre jesuítas e comerciantes que se sentiram prejudicados com o monopólio da Companhia.

Apesar desses entraves Jerônimo de Viveiros (1992, p. 60) observa que *esta Companhia que se inaugurava debaixo de protestos, ia fazer a felicidade do Maranhão e do Pará, que tiveram por sua causa, no fim da era colonial um período e magnífico esplendor.*

Certamente, essa Companhia favoreceu ao Maranhão um período de magnífico esplendor, pois houve aumento na produção, no crescimento populacional, aumento nas exportações do algodão, que inicialmente era produzido apenas para o consumo interno. Graças aos esforços da Companhia o algodão subiu no mercado, como afirma VIVEIROS(1992, p.75) uma vez que o Estado,

Mal produzia algodão para o consumo interno, limitado aliás à fabricação de grosseiros panos, ... graças aos esforços da Companhia de Comércio, a sua primeira exportação com 130 sacas de 90 quilos no valor aproximado de 3.120 cruzeiros... e daí por diante numa escala quase sempre crescente, atingiu no último ano do século acerca de 30.000 sacas, que naquela mesma base de preço dariam 720.000 cruzeiros....

Mas, é no contexto da expansão capitalista européia, notavelmente na sua fase industrial, que o Maranhão é introduzido na divisão internacional do trabalho, tendo como alicerce a produção do algodão cuja finalidade era abastecer as fábricas têxteis inglesas, pois os Estados Unidos, país detentor de técnicas mais avançadas e produtos de melhor qualidade, estava vivendo um período de guerra internamente, que o coloca por determinado tempo fora do mercado internacional, abrindo espaço para a ampliação da cultura do algodão no Nordeste do Brasil.

O algodão, antes cultivado para fins artesanais e de consumo doméstico, foi o produto agrícola que mais se destacou na economia maranhense, pois era utilizado em grande escala como matéria-prima para as fábricas têxteis do Estado, o que favoreceu o comércio de importação e exportação. Isso graças ao desempenho da Companhia de Comércio Geral do Grão Pará e Maranhão, que teve por longo período o monopólio comercial da província.

Nesse período o Maranhão pôde desfrutar seu primeiro ciclo de desenvolvimento, pois a lavoura e o comércio proporcionaram um melhor desenvolvimento econômico à sociedade maranhense.

Com a extinção da Companhia, no ano de 1777, as atividades comerciais ficaram nas mãos dos Comissários que faziam toda a transação comercial entre Colônia e Metrópole, pois o sistema monopolista passou a ser desenvolvido de acordo com as exigências da metrópole. Posteriormente, quando foram extintas as restrições monopolistas entre ambas, a economia maranhense passou a ser de domínio inglês, como assim relata MELO (1990, p.23):

Extintas as restrições monopolistas na relação Colônia/Metrópole, a partir de 1808, o capital comercial inglês concretizado em 14(quatorze) firmas, estabeleceu-se em São Luis, centro urbano razoavelmente estruturado, e que servia de entreposto comercial.

A inserção inglesa, atraída pelo algodão, gerou diversos negócios no Maranhão, chegando a dominar no ramo do transporte à definição de preços (algodão e escravos) e ainda afetando os hábitos dos maranhenses que se afeiçoaram ao luxo e conforto. Como assim descreve SANTOS (1983, p.36-37):

Com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas (1808) e o posterior Tratado de Comércio (1810), a afluência inglesa se fez sentir decisivamente na praça comercial do Maranhão. Atraído pelo algodão, o comércio inglês a partir de 1812 multiplicou a ação das suas firmas no Maranhão (...). O domínio da Inglaterra no transporte marítimo dos produtos maranhenses tornou-se um fato inevitável. Lisboa e Porto, tradicionais depositários das exportações maranhenses, estava sendo vigorosamente preteridos em benefício do comércio direto com a Inglaterra (...) Atingiu a própria natureza do comércio externo; interferiu nos preços (do algodão e dos escravos especialmente) ; afetou os hábitos dos maranhenses, que se afeiçoaram ao luxo e ao conforto.

Entretanto, vários entraves, dentre eles a abolição da escravatura, ocasionaram uma certa estagnação nas atividades agrícolas desenvolvidas, levando as relações de trabalho a uma ruptura com a economia tradicional escravista, que desorganizou o sistema produtivo, e isso não somente nas lavouras de algodão, como também em toda a economia maranhense, pois os escravos uma vez libertos não queriam se sujeitar aos domínios dos seus ex-senhores, como assim, descreve MESQUITA (1987, p.237,238):

Quando libertos, os ex-escravos passaram a ser chamados vadios, inertes, pelos próprios fundiários, por não quererem se sujeitar às formas de trabalho semelhante à compulsória anteriormente utilizada" (...)."Enquanto escravo, havia uma subordinação total do trabalho ao capital. Quando da abolição, os antigos escravos e moradores (homens livres e sem terras) foram chamados de indolentes, por não se sujeitarem às formas de trabalho que os fazendeiros queriam impor.

Nessa situação, a lavoura algodoeira entra em processo de decadência, e por ser ela o centro da economia maranhense daquela época influenciou nas relações de trabalho, levou a região a uma depressão econômica, pois com a perda da mão-de-obra escrava, e também com a queda nos preços do algodão decorrente da péssima qualidade do produto frente ao algodão americano, baixa competitividade face a perda

de mercado, tornou-se inviável a sustentação da lavoura, o que ocasionou perda de capital, gerando prejuízos aos fazendeiros, que se sentiram obrigados a fecharem suas fazendas e mudarem-se da área rural para a área urbana.

Nesse período de decadência alguns fazendeiros maranhenses ainda mantiveram sua produção algodoeira, o que favoreceu a implantação de um outro ramo de atividade – a atividade industrial. A indústria têxtil foi o principal ramo desta atividade no Maranhão.

Os grandes fazendeiros, também, ao sofrerem com a desvalorização de suas propriedades e ainda por perderem o capital investido na escravaria, correram a abrigarem-se em São Luis, na tentativa de escapar da crise econômica, tentando salvar o que ainda lhes restava.

E é nesse contexto, em que a lavoura algodoeira encontra-se vulnerável que se projeta um novo ramo de atividade à economia maranhense – o parque fabril - , pois o capital antes utilizado na agricultura de exportação e no comércio passa a ser, em parte, aplicado na indústria. MELO (1990, p.34) se refere ao fato descrevendo que:

A desorganização definitiva da grande exploração algodoeira, em razão da abolição do trabalho escravo, levou os detentores dos capitais a buscar, como alternativa de acumulação, a atividade industrial têxtil. Contavam, para isso, com condições especiais locais de matéria-prima, disponibilidade de capital e, em certa medida, existência de uma população urbana relativamente significativa, além da tecnologia têxtil encontrar-se á disposição do mercado internacional.

Mas, os capitais não foram direcionados somente para o setor fabril, outras tentativas no setor algodoeiro e arrozeiro, como também no cultivo da cana-de-açúcar, para o fomento dos engenhos centrais, foram levantadas como alternativas para salvar os capitais que perdiam capacidade de reprodução.

Com referência à iniciativa dos fazendeiros em investir seus capitais, para salvá-los da perda definitiva:

Ao final do século XIX, início do século XX, o modelo agroexportador que nasceu e extrapolou o período da Companhia Geral do Comércio encontrava-se completamente quebrado. Entre 1850 e 1900. Contudo, duas tentativas de recuperação das taxas de crescimento da economia maranhense, no nosso entender foram feitas. Acreditamos que se trataram de iniciativas evadas de profundo desespero na perspectiva de salvar os capitais que perdiam capacidade de reprodução. A primeira diz respeito a um esforço de dinamização da economia, realocando capitais e força de trabalho no setor algodoeiro e arrozeiro. No cultivo da cana e implantação dos engenhos de açúcar inclusive dos chamados engenhos centrais. A segunda, ainda no âmago da crise do sistema agroexportador algodoeiro, outra experiência que no nosso entender, surge como expressão de uma nova busca de alternativas para evitar a derrota (derrocada) completa dos capitais comerciais e agrários da província do Maranhão, no finalzinho do Império, foi a determinada pela onda de investimentos realizados no setor têxtil. (FEITOSA, 1994, p.16 apud MACHADO, P.28)

Com a queda dos preços do algodão no mercado internacional e a proibição de negros escravos, em 1850, a atividade que se tornou o sustentáculo da economia do Maranhão entra em crise de maneira que, mesmo fomentando-se uma nova atividade produtiva, como foi o caso da lavoura da cana-de-açúcar, impossível se tornaria evitar a derrocada geral da produção na grande propriedade rural. Destaque-se que o avanço das campanhas pela abolição da escravatura, adicionadas às já referidas perdas de competitividade do algodão maranhense no mercado internacional, culminando em maio de 1888 com a abolição plena do trabalho escravo no Brasil, vulneraram drasticamente a organização da economia local. A saída para o capital agro-exportador foi a busca da industrialização açucareira e têxtil. (FEITOSA, 1998, p.193)

Com essa mudança de atividade, também ocorre mudança na mão-de-obra, que deixa de ser escrava passando a ser assalariada.

Inicia-se, assim, o processo das atividades fabris no Maranhão, primeiramente no interior. Dentre todas as tentativas o ramo têxtil foi o que mais se destacou, e os motivos que o levaram a esse destaque foram, além de outros, a boa qualidade dos tecidos confeccionados, apesar das diversificações que foram introduzidas, tanto na capital como no interior do Estado. Quanto a isso, relata FEITOSA (1998, p.195) :

Ao final do século contava o Maranhão com mais de duas dezenas de fábricas, distribuídas nos ramos de chumbo para munição de pregos, roupas, produtos cerâmicos, açúcar e têxtil, entre os quais destacaram-se como experiências arrojadas e inovadoras a agroindústria açucareira e as fábricas têxteis.

Com relação às fábricas têxteis, por volta dos últimos vinte anos do século XIX, cerca de dez unidades fabris, dedicadas exclusivamente à fiação e tecelagem, foram instaladas nos principais centros urbanos: cinco unidades em São Luis, quatro unidades em Caxias e uma unidade em Codó.

A primeira fábrica de tecidos do Maranhão foi fundada no ano de 1883, no Município de Caxias e funcionava com o nome de Companhia Industrial Caxiense. Daí em diante várias outras unidades fabris foram fundadas, haja vista o desenvolvimento da Caxiense. Assim, no ano de 1895, já funcionavam dez fábricas, produzindo, anualmente uma ordem de 10.265.000 metros de tecidos de algodão, empregando 2.634 operários.

Faziam parte do parque fabril maranhense com a maior concentração em São Luis as seguintes fábricas têxteis:

ORDEM	EMPRESA	ANO DE FUNDAÇÃO	PROD.ANUAL/M	LOCAL
001	Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense	1888	1.800.000	São Luis
002	Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo	1891	1.500.000	São Luis
003	Companhia Progresso Maranhense	1892	7.000.000	São Luis
004	Companhia Fabril Maranhense	1893	3.000.000	São Luis
005	Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil	1893	1.000.000	São Luis
006	Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton	1893	500	São Luis
007	Companhia de Fiação e Tecelagem	1894	3.500	São Luis
008	Companhia de Lanificio Maranhense	-	440.000	São Luis
	Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão	1893	750.000	Codó
010	Companhia Industrial Caxiense	1883		Caxias
011	Companhia de Fiação e Tecidos	1889		Caxias
012	Companhia Industrial Maranhense	1894	120	São Luis

O quadro em referência é uma coletânea de vários autores como Itapary, Pontes, Melo, Viveiros.

Segundo comentário do industrial WILLIAM NAGEM:

Esse respeitável parque industrial, então, empregava aproximadamente 3.857 operários dos quais dependiam cerca de 20.000 (vinte mil) pessoas. A matéria-prima – algodão – era toda de produção do estado do Maranhão e o seu consumo atingia a casa de... 3.2000.000 quilos de pluma. A produção de tecidos alcançava, naquela época, a apreciável cifra de 15.000.000 (quinze milhões) de metros lineares, anuais, da 60% mais ou menos era absorvida pelas praças do sul do país, principalmente as do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, etc, isto sem falar na exportação para o exterior, como para a Venezuela, Argentina e Guianas:-além da fabricação de tecidos, já mencionadas, o parque têxtil produzia em medida, 500 toneladas de fios grossos para a fabricação de redes de pescar e dormir (REVISTA PROJEÇÃO, 1980, p.8)

A indústria têxtil maranhense viveu um período de crescimento econômico.

Com a decadência do setor algodoeiro , fazendeiros resolveram redirecionar seus capitais, que se encontravam em fase de incapacidade produtiva, com o objetivo de salvá-los, e assim uma nova atividade foi impulsionada – a atividade fabril, que transformou a economia maranhense, levando-a à concorrência internacional.

Um apreciável parque fabril foi implantado no nosso Estado, produzindo anualmente uma ordem de 10.265.000 metros de tecidos de algodão, e que também empregou 2.634 operários carentes , mas assim como a agricultura o parque industrial maranhense não sobreviveu às crises emergentes, provocadas por fatores como:

- a queda na qualidade do algodão (que perdeu a concorrência para o algodão dos Estados Unidos): Com o término da Guerra de Secessão os Estados Unidos retorna ao mercado internacional, e o nosso produto começa a perder a concorrência, o que, porém, não implica que pudesse haver ajustamentos;

- ausência de mentalidade industrial dos empresários: um fator a ser discutido, pois ausência de mentalidade quer dizer que não há aptidão para o negócio, então pergunta-se, por que iniciou?;
- ausência de incentivos por parte do governo: As empresas não eram estatais. No caso de serem privadas deveriam pagar impostos. Havia, entretanto, a falta de um plano diretor por parte do Governo para a atividade industrial;
- a renovação técnica no maquinário, pois raramente uma máquina já deteriorada era substituída por outra de concepção e fabricação mais recente. Renovação de maquinário, geralmente ocorre no processo competitivo de mercado e depende de lucros, o que já encontrava-se enfraquecido.

A situação das fábricas já não era das melhores, e com a adoção de um salário mínimo como remuneração aos serviços prestados pelos operários, tornou-se praticamente insustentável o seu funcionamento.

Ainda pôde-se somar a esse reflexo de momentos difíceis o confronto sistemático entre as fábricas maranhenses e as fábricas do Sudeste, que se apresentavam em condições superiores em qualidade e preço. Esse confronto pôs em xeque a indústria maranhense, pois ao findar-se o ano de 1959 as fábricas localizadas nos municípios de Codó e Caxias encerraram definitivamente suas atividades.

No início da década de 1960, as fábricas têxteis localizadas em São Luis foram, paulatinamente, encerrando suas atividades, desestruturando, assim, o parque fabril maranhense.

Dentre as fábricas têxteis instaladas em São Luis, destaca-se a Companhia de Tecidos Rio Anil, cujo funcionamento iniciou-se no ano de 1893. Sua atividade baseava-se na fiação e tecelagem do seu principal produto: o morim. Essa fábrica impulsionou o crescimento populacional e econômico do povoado Anil, além de oportunizar trabalho para os seus moradores.

4 A FÁBRICA RIO ANIL

4.1 Aspectos físicos, econômicos e de infra-estrutura para a instalação da Fábrica Rio Anil

Distante nove quilômetros da cidade, com moradores cuja atividade baseava-se no cultivo de verduras e legumes, e na criação de animais e aves, assim era a localidade onde fora instalada a Fábrica Rio Anil.

O nome Anil tornou-se conhecido pelas características do seu principal rio, cujas águas brotavam uma coloração azulada, em virtude de sua proximidade de plantas de anil. O primeiro projeto industrial a ser instalado às margens do Rio Anil foi uma fábrica para obtenção do anil, cuja extração procedia de uma planta nativa. Esse processo de extração consistia em machucar as folhas dessa planta dentro d'água para

que o seu extrato se misturasse às águas do rio tingindo-as de azul, o que deu origem ao nome do local.

Esse rio deu origem ao povoado Vila Anil e posteriormente ao Bairro Anil e pôde contribuir favoravelmente para o estabelecimento da fábrica, tendo em vista a abundância de suas águas navegáveis.

No ano de 1893, a fábrica, objeto de nosso estudo deste trabalho, surgiu junto às margens do citado rio muito estratégico como via de penetração do interior da ilha. Era a Fábrica de Tecidos Rio Anil, que abriu espaço para o desenvolvimento do local, através do aumento populacional, e da oferta do trabalho, que possibilitou aos moradores fonte de renda, mesmo que esta atividade pagasse de forma precária por ser desqualificada a mão-de-obra.

Eu não fiz teste, foi o gerente que via que minha mãe era pobre, não tinha e me arranhou esse serviço lá. Eu comecei na fiação, tinha tecelagem, mas eu não me dei bem. Me dei bem na fiação, mas trabalhei na carteleira. Onde me botavam eu ia, prá poder adquirir o serviço, porque era uma situação muito precária, minha mãe não tinha, não tinha marido, nós tinha que trabalhar, eu e meu irmão prá sustentar a casa. (Maria Amaral – Fiandeira, ex-operária da Fábrica Rio Anil)

4.2 Gênese, Infra-Estrutura e Funcionamento.

O desenvolvimento de um parque industrial fabril no Maranhão viria a modificar seu perfil sócio-econômico, e foi nesse impulso renovador da atividade econômica que seis empresários maranhenses, os senhores Henry Airlei, Antonio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manoel José Francisco Jorge

(negociantes), José Francisco de Viveiros e Jerônimo José Tavares Sobrinho (proprietários) resolveram organizar uma sociedade anônima com o objetivo de implantar uma indústria têxtil, cuja finalidade seria a fiação, tecelagem e branqueamento de tecidos de algodão, como também a fabricação de todos os artefatos julgados de grande vantagem à empresa. A essa sociedade deu-se o nome de Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, que obteve inteira aceitação dos capitalistas maranhenses, tendo sido realizada Assembléia para sua constituição em 25 de setembro de 1890. Essa companhia seria a sétima fábrica a funcionar no Maranhão.

O capital social da firma constituída gerou em torno de 800 contos de réis representados por 8.000 ações de 100 mil réis cada, dentre os 260 acionistas fundadores

Na mesma ocasião foi eleita sua primeira Diretoria composta por: Henry Airlie, Antonio Cardoso Pereira, Tem.Cel. Francisco Xavier de Carvalho, Dr. José Francisco de Viveiros, Manoel José Francisco Jorge, Jerônimo José Tavares Sobrinho – Diretores; Hermenegildo Jansen Ferreira, Antonio Leonardo Gomes, José Gonçalves Fontes Júnior – Comissão Fiscal; Firmino da Cunha Santos, Antonio José Tavares, Adriano de Britto Pereira – Suplentes da Diretoria.

A Rio Anil foi criada em um momento de crise econômica no Brasil, embora tivesse sido iniciada uma política protecionista às indústrias, através das alíquotas alfandegárias sobre a importação de produtos. O contingente de reserva de mão-de-obra foi garantido com a libertação dos escravos pondo-se à disposição das atividades industriais e podendo ser recrutadas de forma barata. Entretanto, a perspectiva

abolicionista, paulatinamente, foi desestimulando os proprietários rurais maranhenses que utilizavam intensamente essa mão-de-obra em suas fazendas de algodão ou em seus engenhos.

A Fábrica Rio Anil foi instalada próxima ao Rio Anil, por ser a proximidade de um rio condição básica para a instalação das fábricas no Maranhão, visando assim obter recursos hídricos à disposição para o funcionamento e utilização das máquinas fabris na produção de tecidos de boa qualidade, o que lhes garantia distinção no mercado consumidor.

As fábricas, em geral sempre procuravam direcionar sua produção para um determinado tipo de tecido, em que pudessem ter mais lucro.

Com referência ao fato comenta MELO (1990, p.39):

O que se verificou na prática, talvez para atenuar os confrontos concorrências internos, foi o estabelecimento paulatino de uma tendência individual em direcionar a produção, predominantemente, para um determinado tipo de tecido, embora não possa afirmar o uso da exclusividade. A companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, por exemplo, dedicava aproximadamente, 90% de sua produção à Fábrica de Morins; A Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense tinha, nos Tecidos de algodão cru e sacaria, o grosso de sua produção; A Companhia Fabril Maranhense orientava-se, mas para os Tecidos Tintos, e assim por diante.

As terras da fábrica foram adquiridas em 29 de janeiro de 1891 do Dr. Raimundo Abílio Pereira Franco e de Albino da Cruz Xavier ao custo de nove contos de réis, e mediam de frente para a entrada que ia da cidade para a Maioba 1.500 braças, que corresponde a 3.300 metros. Com disponibilidade de água para o processo produtivo e utilização nas caldeiras, abundantes em jazidas de pedras e matos onde

poderiam ser retiradas as madeiras necessárias para a construção do edifício, e após serem vistoriadas e aprovadas pelos engenheiros Gastilho e Lima Campos o negócio foi fechado, e a companhia deu início ao processo de construção de cercas que tinha o objetivo de garantir a segurança evitando a entrada de estranhos que quisessem destruir a reserva vegetal a hídrica ali disponibilizada para uso da fábrica. Este trabalho, entretanto, teve que ser interrompido, pois o Major Francisco da Costa Fernandes, vizinho da fábrica, através de ação judicial alegou que a fábrica estaria violando sua propriedade, invadindo suas terras. Julgado o embargo, contrário aos interesses da fábrica, esta se viu obrigada a pagar pelas terras demarcadas o valor de seis contos de réis.

Resolvidos os obstáculos, outro embargo sofreria a Rio Anil. A Companhia de Águas de São Luis, recorria à Justiça, alegando que as obras da fábrica estavam prejudicando o direito que tinha de utilizar as águas do Rio Anil para o abastecimento da capital.

A Fábrica Rio Anil enfrentou diversos obstáculos antes mesmo que entrasse em pleno funcionamento. E, além dos obstáculos anteriormente citados destacaram-se a ausência de um mercado consumidor, outros embargos judiciais e a desvalorização da moeda nacional diante da libra, moeda inglesa, que impedia os fabricantes ingleses de manterem fixos os preços do maquinário e das ferramentas, além dos aumentos constantes nos salários dos empregados daquele país.

O trabalho de construção do edifício da fábrica (com 97 metros de frente e 103 metros de fundo, no total de área de 9.991 metros quadrados), assentamento de

motores, máquinas e transmissões, eram de responsabilidade dos engenheiros ingleses.

A Fábrica Rio Anil foi construída toda em cal, tijolo e alvenaria, com pavimento feito com cimento sobre pedra britada, o teto foi erguido em estruturas de ferro sustentadas por pilares do mesmo metal, firmadas em blocos de concreto ciclópico, coberto com telhas de cerâmica e sido fabricadas em Marselha, França. Os alicerces e os assentamentos da máquina motora, em razão de ser o lençol freático muito à superfície foram feitos em estruturas argamassadas de cimento, cal, areia e barro, sendo que para fundamentar a base da máquina motora construíram-se paredes com dois metros e meio de espessura com argamassas de cimento para evitar infiltrações d'água no subterrâneo do volante. No subsolo de todo o prédio foram instalados canos para esgoto das águas pluviais. A chaminé que fora levantada com tijolos cerâmicos media 45 metros de altura. Ao lado do prédio foi construído um tanque com capacidade para oito mil pipas d'água. Essa água era utilizada nas caldeiras e voltava ao tanque para ser reutilizada.

Todo esse processo de construção originou um elevado custo na sua edificação: O quadro abaixo reforça essa hipótese.

DESCRIÇÃO	NÚMEROS
Área Construída	9.991m ²
Chaminé	45m de altura
Cisterna	8.000 pipas d'água
Custo das edificações	Rs 872.467\$246

Custo dos maquinismos	Rs 618.805\$361
Custo da linha férrea	Rs 7.380\$983
Gasto com cal – 1.132.890 kg	Rs 25.997\$450
Pedras extraídas no local	Rs 35.049\$122
Condução de pedras	Rs 10.919\$179
Cantarias de lastros de navios	Rs 4.010\$400
Cantarias de Lisboa	Rs 5.891\$727
Cimento – 4.404 barricas	Rs 54.803\$845
Ferragens compradas em São Luis	Rs 29.270\$883
Pedreiros empreitados a jornal	Rs 119.051\$211
Carpinas empreitados a jornal	Rs 34.850\$050
Ordenado do Eng. Thomas Anwyle	Rs 15.256\$922
Estátuas para a fachada	Rs 582\$495
Madeiras (inclusive de New York-USA)	Rs 34.140\$597
Preparo do terreno (cortes e aterros)	Rs 73.654\$251
Telhas importadas de Marselha, França, (inclusive frete do navio Kronos).	Rs 19.793\$865
Tijolos	Rs 24.085\$232
Teto do edificio (importado da Inglaterra)	Rs 186.463\$458
Janelas	Rs 3.911\$190
Canos p/extinção de incêndio e canalização de água da represa	Rs 10.411\$068
Cancelas e quebra-pedras (britador) importados	Rs 8.206\$788
Pára-raios (importado)	Rs 944\$574
Aparelhos de esgoto e saneamento	Rs 5.882\$370
Tijolos refratários	Rs 1.805\$000

Fonte: (ITAPARY, 1995, p. 37,39,40)

Em virtude de várias fábricas estarem sendo construídas na mesma época da Rio Anil, esta enfrentou muitas dificuldades em recrutar operários para as obras, principalmente pessoas habilitadas em serviços de oficiais, pedreiros e carpinteiros, obrigando-a a pagar salários superiores aos normalmente cobrados.

O maquinário da fábrica também foi adquirido através de correspondências com firmas inglesas. Depois das propostas serem selecionadas e analisadas pela diretoria foi vencedora a Firma de Henry Livesey Limited, que apresentou proposta para fornecimento de 324 teares e de coluna de teto.

Embora apresentando as dificuldades, no ano de 1893, a fábrica entrou em operação funcionando com 144 teares, seção de branqueamento, departamento de fiação e tecelagem, caldeiras, etc, enfim todo o maquinário necessário para a sua produção: fios de algodão para urdidura e tramas, número 25 e 35 destinados ao consumo interno (matéria-prima dos morins XXX e XXXX, um tipo de tecido específico caracterizado pela largura do tecido (o tecido XXX media três metros de largura, o tecido XXXX media quatro metros de largura) - produzidos pela Rio Anil, e da sacaria e fio nº 6 para venda).

Com referência à produção da Fábrica Rio Anil CALDEIRAS (1998, p.224) diz o seguinte:

Os morins da Rio Anil registravam vendas apreciáveis após terem sido lançados nos mercados do Maranhão, Pernambuco, Piauí e Pará. No caso maranhense, substituiu a importação de similares por sua cor branca e maciez..

A fábrica primava pela aquisição de produtos e equipamentos de primeira qualidade, porém os preços dos equipamentos variavam de acordo com a moeda inglesa, o que impossibilitava os seus diretores de investirem em mais equipamentos. Por esse motivo a fábrica, no final do ano de 1894 ainda funcionava com os 144 teares que iniciara sua produção. Somente no ano de 1895 a fábrica contaria com 186 teares e em 1897 com 220 teares.

A fábrica, além de gastos extensivos com sua construção, também onerou despesas com maquinários. O quadro a seguir confirma tal hipótese:

DESCRIÇÃO	VALOR EM RÉIS
Material importado de Liverpool, fornecido por Henry Livesey Limited, de Blackburn, entre 1891 e 1893.	408.671\$252
Material importado em 1894 ao câmbio médio de 9 1/8	110.316\$476
Fretes de material importado	8.607\$390
Transporte para o Anil	10.120\$770
Descarga no Porto da Fábrica	14.606\$743
Seguro do material	2.485\$630
Ordenados de mecânicos e salários de operários pagos para a montagem de maquinismo	13.866\$389
Direitos de importação	48.325\$711

Fonte: ITAPARY, 1995, p 45)

Não somente a Rio Anil, mas as demais empresas fabris que estavam sendo instaladas no Maranhão passaram por esse alto nível dos preços nos serviços de transportes e carregamento de equipamentos no Cais do Porto de São Luis. Só com o descarregamento de equipamentos a Rio Anil gastou Rs 24.727\$513, o que significa três vezes mais o valor das despesas com frete dos mesmos equipamentos da Inglaterra para São Luis, o qual seria de Rs 8.607\$390.

4.3 Processo de Produção:

O Processo de produção da indústria têxtil abrange o conjunto de equipamentos e técnicas de confecções a partir de fios e fibras naturais, artificiais e sintéticos. Os fios são cilindros de comprimento indefinido, compostos de fibras reunidas, torcidos e estirados até alcançarem as características adequadas às finalidades a que se destinam. Os tecidos são classificados segundo a matéria-prima neles empregada, o número de fios por centímetro quadrado, o peso por metro quadrado, o modo como são preparados (crus, alvejados, tintos, estampados). (MACHADO, 1998, p.31)

Esse processo de produção é constituído de três etapas vinculadas, mas independente entre si : fiação, tecelagem e acabamento. O processo de produção da Fábrica Rio Anil passava por diversos setores até o acabamento final do tecido. O algodão adquirido vinha da região do Vale do Itapecuru, organizado em fardos para serem transformados em tecidos de boa qualidade e enviados para o mercado externo.

Esse algodão era recebido na seção de fiação da fábrica em forma de fardos, que eram transportados para uma sala onde seria desembalado. Depois de

aberto era transformado em flocos que eram levados para os batedores intermediários para o processo de eliminação das impurezas, em seguida o algodão era estirado e torcido pelas máquinas, para então ser transformado em fio. Esse fio era, então, enrolado em um cilindro de madeira. A esse conjunto de atividades dava-se o nome de espula de trama e canela de urdimento.

Percebe-se a relevância dessa seção para todo o processo, pois é nela que o algodão é transformado em fio, sendo retirados os pontos finos e grossos para só então ser transferido para as outras seções onde seria dado andamento ao resultado final. Depois de preparado o fio, este seguia para a tecelagem, uma seção organizada em torno dos teares, onde as tecelãs faziam o trabalho da trama para originar o pano. Esse pano era levado para o alvejamento onde passaria por um processo em que seria colocado nas caldeiras para alvejar, e depois de alvejado, lavado, tinturado, passado no secador, e por fim, colocado na máquina chamada taiana, que era para ser engomado.

Após pronto, esse tecido era preparado em peças, enrolado em papel, colocado em caixotes de madeira e enviado para a Praia Grande, para ser exportado.

No seu primeiro ano de funcionamento, contado a partir de 31 de dezembro de 1893 ao final do ano de 1894, a Companhia produziu 417.916 metros de panos crus, 265.012 metros de morins acabados e branqueados, 43.010 metros em processo de branqueamento e 109.802 metros prontos para branquear. Em 1895 a produção

dos tecidos crus elevou-se para 645.461 metros prontos, correspondendo a 1/3 de expressivo ganho em relação ao ano anterior.

Embora apresentando uma produção expressiva, a fábrica operava com prejuízos, situação esta em virtude de empréstimos que contraíra com o Banco da República do Brasil, para custear as despesas com equipamentos. E esta crise era generalizada, pois todas as indústrias têxteis maranhenses, estavam sendo atingidas, principalmente por causa das ininterruptas altas dos preços do algodão e do retraimento dos mercados consumidores de fios e tecidos.

5 OPERÁRIOS DA RIO ANIL

5.1 Recrutamento e Seleção.

Outro aspecto pelo qual a Fábrica Rio Anil também enfrentou certa dificuldade foi com referência ao recrutamento e seleção de operários, principalmente quando as funções exigiam conhecimento ou prática para o seu exercício.

Essa dificuldade deu-se em virtude de estarem sendo instalados, em São Luís, outros estabelecimentos têxteis, e o número de habitantes na cidade ser pequeno para suprir a necessidade de mão-de-obra, além da questão da qualificação dessa mão-de-obra. Isso incorreu para o aumento da oferta de emprego em São Luis, sem que houvesse um preparo, para os operários se especializarem à altura de exercer funções de destaque.

Essa escassez de operários praticamente obrigou os diretores da fábrica a importarem mão-de-obra da Inglaterra para o desempenho das funções de chefia e seções de serviços, além de mão-de-obra, no exterior para a realização de serviços operacionais, o que oneraria ainda mais despesas como transportes, salários e moradias para os operários dessa natureza:

A notícia da existência de muitos operários sem oportunidade de trabalho na cidade do Porto em Portugal animou a diretoria da Rio Anil a mandar vir de lá "trinta e tantas pessoas", operação que custaria à já descapitalizada empresa a quantia de Rs. 11.315\$040, gastos em passagens, adiantamento para viagem e acomodações iniciais. (ITAPARY, 1995, p.50).

Entretanto essa idéia não teve êxito, pois os imigrantes, embora bem recebidos e tratados com patriarcal carinho não tardaram em deflagrar um estado de greve, já que não concordaram com os salários reduzidos que a fábrica queria lhes pagar. A fábrica ficou em situação difícil pois a maior parte desse pessoal abandonou os serviços sem lhe indenizar as despesas efetuadas. Outros, entretanto, por não encontrarem empregos melhores retornaram e foram reintegrados.

Posteriormente, no ano de 1897, a Fábrica recorreu à imigração de operários italianos, objetivando suprir as suas necessidades de mão-de-obra especializada, conceituando os italianos como morigerados e trabalhadores, enquanto que o povo da região era visto como povo que não possui o hábito de trabalhar. (ITAPARY, 1995, p.49-50)

Essa mão-de-obra recrutada entre os moradores do Anil e outros bairros eram pessoas que vinham de trabalhos informais, e que realmente não estavam acostumados ao regime capitalista e suas normas disciplinares relacionadas ao

trabalho. Além do mais, os prestadores de serviços da Rio Anil não raro eram analfabetos.

Por localizar-se a Rio Anil em bairro rural de São Luis, tiveram seus diretores que contratar vários operários residentes nas proximidades da têxtil. Entre eles, sobressaíram-se mulheres e crianças dedicadas ao cultivo de pequenas plantações, bem como à criação de aves e pequenos animais. Os produtos obtidos dessas atividades (legumes, frutas, verduras, ovos, carnes) eram vendidos nas ruas da cidade por seus maridos e filhos. (CALDEIRAS, 1988, p. 224-225)

Com relação à força de trabalho recrutada pela fábrica comentam alguns operários :

Eu trabalhava de lavagem de roupas, antes de ir trabalhar na fábrica. Tinha 15 anos quando minha mãe conseguiu essa vaga. Tive que aumentar a minha idade para que pudesse trabalhar. (Maria Amaral, ex-operária da Fábrica Rio Anil).

Eu não trabalhava, apenas estudava. Comecei a trabalhar na fábrica quando tinha 18 anos, por intermédio de meu pai, que era amigo do gerente. (Clóvis Carramilo, ex-operário da Fábrica Rio Anil).

O grau de parentesco ou amizade para o ingresso de operários no trabalho das fábricas era corriqueiro. Esse procedimento tornara-se generalizado no mundo fabril.

Além do povo do Anil a fábrica recorreu ao recrutamento de pessoas dos bairros distantes como Santa Rosa, Araçagy, Maioba, Turu e outros. Estes por residirem distantes da fábrica, tinham suas passagens de bondes pagas pela Diretoria da fábrica para não chegarem atrasados ao trabalho, embora nem sempre fosse possível, principalmente nos períodos de chuvas, em que o trajeto era impossibilitado pelos trechos cobertos de lama. Mas nessa época mesmo com todo esse infortúnio

alguns operários chegavam de barcos à fábrica dando prova de alta responsabilidade, ou necessidade de sobrevivência. (CALDEIRAS, 1988).

5.2 Relação do processo produtivo com o trabalho:

Com o novo sistema industrial o capitalismo se consolidou definitivamente como modo de produção. Aos poucos a indústria foi se tornando o principal setor de acumulação de riquezas, provocando mudanças nas relações sociais com o surgimento de duas novas classes distintas: de um lado os empresários industriais, que detinham os meios de produção da fábrica, e do outro lado os operários, trabalhadores que têm apenas a sua força de trabalho e que a vendem ao empresário para em troca receber um salário.

Considera-se como Força de trabalho o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva do ser humano, aos quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Entretanto, no início da Revolução Industrial os empresários com o objetivo de aumentar sua produção e assim atingir grandes lucros, impuseram duras condições de trabalho aos operários com exaustivas jornadas de trabalho, disciplina rigorosa no cumprimento dos horários, a não segurança nos locais de trabalho com relação aos acidentes, além da exploração da mão-de-obra infantil e feminina.

Com a invenção da máquina o processo produtivo se tornaria mais rápido, o que significaria muito mais lucro em menos tempo, bastando ao trabalhador apenas ter

que cumprir seus deveres servis, o que viria gerar um processo de exploração pelos capitalistas.

Quanto a esse processo de exploração podemos perceber essa realidade descrita em THOMPSON (1987, p.22):

O empreendimento em grande escala, o sistema fabril, com sua nova disciplina, as comunidades fabris – onde o industrial não só se enriquecia com o trabalho de sua mão-de-obra, como também se podia vê-lo enriquecer no decorrer de uma única geração – tudo contribuiu para a transparência do processo de exploração e para a coesão social e cultural do explorado.

Para o indivíduo (trabalhador) não existe saída, sua sobrevivência estaria definida em se sujeitar às regras impostas pelo capitalismo. Ainda com THOMPSON (1987, p.233) observa-se que:

A economia capitalista atual é um cosmos intenso no qual nasceu o indivíduo, apresentando-lhe a ele... como uma ordem imutável de coisas, onde deve necessariamente viva. Ela força o indivíduo, na medida em que ele é envolvido pelo sistema das relações de mercado, a se sujeitar às regras da ação capitalista.

Esses pobres operários eram confinados em ambientes fechados, onde exerciam suas atividades. Apesar das duras condições que o próprio modo de produção impunha aos operários, pode-se perceber no relato de uma tecelã, a satisfação que sentia em poder trabalhar na fábrica:

Manoel Cursino era muito bom, Carlos Cursino era o sobrinho dele, era muito bom, mas ele era assim: não tinha esse negócio de passar a mão na cabeça de ninguém, tinha que trabalhar ali, ele não gostava da gente tá assim conversando e tal, pra não abandonar o serviço, as vezes a gente se entretia, a máquina embolava, caía tudo no cilindro, embolava, aí tinha que parar pra desenrolar e dá

continuidade, então tinha que tá ali senão ele ficava zangado. Aqui tá a máquina, se a gente ficava assim pra conversar ele dizia: não pode, presta atenção no seu serviço, presta atenção no seu serviço. Dia de sábado era o dia que a gente tinha que tirar tudinho e limpar, limpar tudo, passar graxa, tudo, prá segunda-feira vir trabalhar. Dia de sábado se acabava de tanto serviço, mas era bom, era gostoso porque a gente tinha o dinheiro da gente. Me sentia orgulhosa por ter uma ocupação, justamente, e ainda estudava a noite, ganhava tempo pra estudar à noite, tá entendendo. (Maria das Dores, tecelã, ex-operária da Fábrica Rio Anil).

Os operários fabris ficavam em atividade rotineiramente de 11 a 12 horas por dia com uma alta intensidade de trabalho. Essa jornada prolongada e exaustiva era comumente adotada por todas as fábricas. Em virtude disso, o operário acabava ficando esgotado fisicamente por um dia de trabalho, levando-o a ter suas energias abaixo do limite físico. Tudo isso, ainda somando-se às condições do ambiente das indústrias da época (escassez de luz, ausência de ventilação, poeira, alimentação no local de trabalho), não era favorável à saúde do operário.

Com referência à jornada exaustiva, se refere uma operária:

O motor começava a rodar "as 6 horas, 7 horas terminava a entrada; 6 horas eu estava sentada na porta da fábrica e só saía quando parava de rodar o motor, almoçava em cima da máquina, não parava. Pegava a marmita 11 horas no portão e voltava para a máquina. (MELO, 1990, P.67).

Na Fábrica Rio Anil o sistema não era diferente. Um operário que trabalhava nas caldeiras relata o seguinte:

O morim era vermelho, saía vermelho, agora botavam dentro de umas caldeiras que tinha pra furar aqueles 35 metros de pano. Colocava dentro daquela caldeira; pegava sete horas da manhã, só largava quando terminava, aí depois batia o pano era com essas coxas, com uma tanguinha, caindo água. Aí na hora que acabava ia embora. No outro dia tinha que passar pra outra Caldeira pra

alvejar mais... Chegava de manhã lá, tirava a roupa e caía de novo na água pra alvejar mais (Clóvis Carramilo, ex-operário da Fábrica Rio Anil).

5.3 Salários

O trabalho assalariado existe desde a antiguidade, mas não de maneira tão extensiva e dominante como no Capitalismo. Antes do Capitalismo o homem detinha em suas mãos todo o processo de produção, com o surgimento deste meio de produção na fase industrial o homem perde sua autonomia e passa a dispor apenas da sua força de trabalho, que é a energia humana empregada no processo de transformação.

A partir de então esse homem passa a vender a sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário como forma de garanti sua sobrevivência. Essa situação, porém, ocasionou modificações na organização do sistema que teria agora uma nova divisão do trabalho, ou seja o trabalhador perde sua habilidade, visto que é estabelecida uma certa dependência com a máquina, que se torna a principal revolucionária no processo produtivo, ficando o homem subordinado a ela, e controlado pelo patrão.

Essa situação é bem definida quando BRAVERMAN (1977, p.168) afirma que:

O notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser, para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade, mas de escravização, não a de domínio, mas de desamparo, e não do alargamento do horizonte do trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres

servis no qual a máquina aparece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada.

Existiam na indústria têxtil maranhense duas formas de pagamento aos operários: o pagamento salarial por tempo para o funcionário diarista, e pagamento salarial por peça, caracterizado como tarefeiro para o operário que trabalhava por produção, todos pagos quinzenalmente.

Os operários da Fábrica Rio Anil ganhavam por produção, numa jornada de dez horas por dia, o que poderia ser alterado pelo poder do patrão para a realização do chamado serão, em que esses trabalhadores ficavam até dez horas da noite para garantir a produção já que a fábrica tinha muitos pedidos de tecidos. Embora sendo uma jornada exaustiva, alguns operários até gostavam desses serões, pois eram uma forma de aumentar o salário no fim do mês, outros, no entanto achavam absurda a forma exaustiva que eram obrigados a trabalhar, o que os levaria a reivindicar seus direitos e a maneira encontrada para isso seria parar toda a produção e entrar em greve.

Uma ex-operária se refere a esse fato com o seguinte depoimento:

O salário era muito bom, eles pagavam de duas vezes, agora não me lembro quanto recebia. Nós fazia greve pra poder pagar direito, prá não atrasar. Parava o motor, parava o tear, todo mundo parava: hoje está em greve aí ninguém fazia nada, não tinha produção de nada. (Maria Amaral, Fiandeira, ex-operária da Fábrica Rio Anil).

O tempo bom e bonito para esses operários significou um tempo de apreciáveis melhorias em suas vidas pela oportunidade de terem uma atividade em que poderiam receber salário tendo certeza que teriam uma renda garantida no final do mês, e assim poder comprar suas coisas.

Adiante, já no ano de 1950 a fábrica presenciaria uma grande greve dos operários:

Os operários se reuniram em massa e saíram em procissão rumo à cidade reivindicando seus direitos, em protesto contra o turno precipitante de quase 10 horas de trabalho, que iniciava às 6h:30 da matina. (RIBEIRO, 1990, p. 5)

As greves geralmente consistiam na paralisação da produção como protesto pelo não pagamento das horas trabalhadas extraordinariamente. Os operários, no entanto, começaram a protestar não somente pelas horas extras, como também pela jornada exaustiva de trabalho, o que nem sempre era atendido pelos patrões. Os operários se sentiam escravizados, principalmente aqueles que residiam em locais mais distantes como: toda a área do Turu, Tirirical e acima do Tirirical, Maiobinha, Maioba e proximidades. Como não havia transportes para essas localidades esses operários se dirigiam ao trabalho trazendo suas latinhas ou depósitos com farofa para passarem o dia inteiro. Isso os caracterizava como Bóias-frias.

Mas essa situação começaria a mudar com o ato do presidente Getúlio Vargas que fixou o salário mínimo para os trabalhadores da indústria e comércio, segundo nos afirma VIVEIROS (1992, p.59):

Além do mais, cidade pobre, em que a grande maioria da população era assalariada, do comércio e da indústria, estavam todos satisfeitos com o recente ato do Presidente Vargas que fixara o salário mínimo que os empregadores teriam que pagar aos empregados.

Entretanto o valor salarial não era único para todo o país, variando por região e entre capital e interior. Para São Luis o valor fixado, de acordo com o Decreto-Lei 2.162 de 01 de maio de 1940 foi de RS 120\$000 mensais. Além da legalização de um salário mínimo os trabalhadores também passariam a ter direitos como férias, jornada de oito horas, desconto para o FGTS, gratificação natalina.

A partir de então as crises foram emergindo, pois nem sempre as fábricas podiam pagar o salário em vigor, o que começaria a gerar a iniciativa de greves por parte dos trabalhadores.

No ano de 1951 o Maranhão vivenciaria uma crise política contra a investidura de Eugênio Barros ao governo. Na economia, os empresários maranhenses estavam preocupados com os problemas do babaçu, do arroz e do algodão, considerados como o esteio das exportações do Estado. O algodão que antes era o produto de maior aceitação nos mercados internacionais, agora qualificado como de péssima qualidade, somente era aproveitado no agonizante Parque Têxtil do Estado, que na próxima década de sessenta estaria de todo desaparecido.

5.4 Formas de exploração

A Revolução Industrial implicou em sérias transformações na vida da humanidade, essencialmente uma transformação no modelo de produção e na vida do trabalhador. Transformações essas que mudaram os padrões, os valores e a própria sobrevivência do homem.

O surgimento da máquina, e as instituições fabris intensificaram o processo de produção, a divisão do trabalho concentrando os trabalhadores em um mesmo local, no qual passariam a viver em função dessa máquina e controlados pelo patrão. Sua vida cotidiana passaria a ser, também, controlada e disciplinada pelo tempo que os induziu à submissão dos rígidos padrões do trabalho organizado. Sobre tal afirmação refere-se DECCA (1982, p.9):

Aqueles primeiros homens, que se viram constrangidos pela pregação moral do tempo útil e do trabalho edificante, sentiram em todos os momentos de sua vida cotidiana o poder destrutivo desse novo princípio normativo da sociedade. Sentiram na própria pele a transformação radical do conceito de trabalho, uma vez que essa positividade exigiu do homem pobre a sua submissão completa ao mando do patrão.

Os patrões, na representação do capital industrial, utilizavam-se de mecanismos superexploradores com o objetivo de gerar um maior excedente na produção, e assim poder apropriar-se de mais parcelas da mais-valia.

Mais-valia consiste no tempo excedente de trabalho realizado pelo operário e que não lhe cria nenhum valor, mas somente para o capitalista. (GARCIA, 1994 p.55)

Eram várias as formas pelas quais os patrões se utilizavam para explorar seus operários. Dentre essas formas estavam o barracão, o roubo no peso dos fios e na montagem dos tecidos, expedientes extras, empréstimos, multas, descontos do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) – alíquota correspondente a 5% do salário, descontada em folha de pagamento.

- IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários:

A partir de 1940, todas as empresa fabris teriam que pagar um salário mínimo a todo trabalhador, independente de sua forma de pagamento, se por tempo ou por tarefa. Todo e qualquer operário teria o direito de receber um salário igualmente, embora as fábricas ainda continuassem com a prática antiga de pagar seus funcionários de acordo com o rendimento de sua produção.

A partir do ano de 1936, com a criação do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) buscou-se proporcionar assistência médica ao trabalhador, ampará-lo em casos de invalidez e conceder-lhe auxílio na velhice com o desconto mensal devido. Os operários fabris passaram a ter acesso a esses direitos proporcionados pelo IAPI, quando da legalidade do salário mínimo.

Nesse desconto em folha de pagamento os empregadores fabris utilizavam-se de meios abusivos contra o operário, para que não tivessem seus lucros comprometidos com os encargos sociais. Se um trabalhador alcançasse salário igual ou superior ao mínimo o desconto de 5% seria cobrado na íntegra. Porém, se esse operário alcançasse salário inferior ao mínimo o desconto seria feito com base no

salário mínimo. Sendo o salário mínimo legal de Cr\$ 260,00, para a indústria do Maranhão a partir de 01.12.1943 o desconto do IAPI seria de Cr\$ 13,00 (MELO, 1990, p.81), o que não ocorria.

A tabela abaixo descreve os salários recebidos por uma funcionária fabril.

Podem ser observadas as irregularidades quanto ao referido desconto.

MÊS	REMUNERAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO/IAPI	B/A
JANEIRO	339,40	17,00	0,050
FEVEREIRO	243,30	13,00	0,053
MARÇO	191,20	13,00	0,068
ABRIL	86,30	13,00	0,151
MAIO	247,90	13,00	0,052
JUNHO	247,20	1300	0,053
JULHO	140,70	13,00	0,092
AGOSTO	450,10	22,50	0,050
SETEMBRO	450,10	22,50	0,050
OUTUBRO	413,40	20,70	0,050

NOVEMBRO	341,00	17,10	0,050
DEZEMBRO	358,80	17,90	0,050

Fonte: MELO, 1990, p.82

Embora sendo lesados, os operários não poderiam reclamar seus direitos à Justiça do Trabalho sob pena de receber punições.

- O Barracão:

Era uma outra forma de exploração usada pelos patrões. Constituíam-se em uma atividade mercantil, cuja finalidade básica era comprar barato e vender mais caro. Através desse sistema de barracão o capitalista colocava seus operários sob sua submissão, uma vez que os operários tornavam-se dependentes do patrão pela dívida contraída. O Barracão, segundo MELO (1990, p.84) funcionava assim:

Era mantido, pela fábrica, um armazém nas suas vizinhanças, onde os operários poderiam suprir-se de gêneros necessários à sua subsistência e da família. As mercadorias eram entregues para serem pagas no fim da quinzena, através de desconto na folha de pagamento. A facilidade era o operário, dada a proximidade da loja e a extensa jornada de trabalho, associado ao aspecto do aviamento, eram fatores que levavam os trabalhadores a fazerem compras no armazém da fábrica.

Embora pagando mais caro o operário se via obrigado a utilizar-se do Barracão pela necessidade de obter a mercadoria antecipadamente para o sustento da família, o que sempre acabava se tornando um ciclo de endividamento, e o operário sempre ficava devedor, o que tornava difícil a sua saída da fábrica.

- **Empréstimo:**

O empréstimo também era muito utilizado pelos operários e os patrões se aproveitavam para aumentar seus rendimentos, já que o método era seguro. Os operários que já tinham seus salários comprometidos com o Barracão, era concedido empréstimo pelo trabalho futuro, a juros de 20% por quinzena, cujos descontos eram efetuados em folha de pagamento.

Com relação aos juros cobrados um jornal da época escreve o seguinte:

Exige 20% por quinzena, ou seja 40% ao mês e 480% ao ano descontado em folha. Acontece, que no fim da quinzena o operário deve quase todo o salário. Então (e como condescendência) o Sr. "X" descontando quinzenalmente apenas os juros (20% por quinzena) até que a vítima possa saldar a dívida. (JORNAL TRIBUNA DO POVO, 23 de julho, 1946, Apud MELO, 1990, p.86)

5.5 O fim de tudo: a falência da fábrica

Desde o início de seu funcionamento a Fábrica Rio Anil enfrentou situações difíceis. Um dos principais problemas foi a oscilação cambial face da desvalorização da nossa moeda (réis) frente à moeda inglesa (libra), que encarecia os preços dos equipamentos, já que todos eram importados.

Um outro problema pelo qual passou a fábrica foi a questão da mão-de-obra qualificada, já que os operários recrutados eram geralmente pessoas analfabetas, em sua grande maioria afeitas às práticas agrícolas e aos serviços domésticos. A única alternativa para suprir essa necessidade da mão-de-obra especializada foi recorrer à

contratação de funcionários ingleses para o exercício das funções de chefias e serviços técnicos, recebendo altos salários.

Desde que entrou em operação a fábrica não conseguiu sair do vermelho, embora várias fossem as tentativas para tentar solucionar o problema financeiro. Este continua persistente apesar do expressivo ganho de 645.461 metros de panos crus, em 1895 em relação ao ano anterior. Esse ganho se deu graças às seções de Fiação e tecelagem, mas havia problema na seção de branqueamento, pois os morins não estavam sendo alvejados com a qualidade que o mercado exigia. A fábrica gastava muito com essa seção, e enquanto

a folha de salários de todos os operários e funcionários da fábrica seria de 386 contos de réis, e os gastos com o alvejamento de morins novamente seria proporcionalmente avultado em 278 contos de réis. (ITAPARY, 1995, p.99)

Com a constante crise financeira a fábrica acabou imergindo em crises gravíssimas, não havia dinheiro para o pagamento dos operários, ela estava praticamente sem capital de giro, pois acionistas deixaram de realizar mais de 36 contos de réis do capital subscrito e sem esse capital a fábrica não poderia comprar algodão e as cobranças dos fornecedores eram constantes. Não havia dinheiro para renovar seus equipamentos, mas apesar do seu obsoletoísmo a fábrica, *ainda, era responsável pelo emprego de mais de seiscentos operários.* (ITAPARY, 1995, p. 117)

Na década de quarenta as coisas começariam a ficar pior. A concorrência com as fábricas do Sudeste, os impostos e o rigor das leis sociais (contribuição do IAPI), pois embora a fábrica não devesse quantia expressiva, deixou de pagar seus

dividendos. E isso em decorrência de elevação dos encargos, aumento nos preços dos combustíveis.

Nessa época havia um aumento de preços em todos os outros produtos, enquanto nos preços dos produtos têxteis havia uma queda de mercado. A fábrica continuava a vender seus produtos, porém não obtinha a remuneração condizente com os custos da mesma.

A situação da Rio Anil não era das melhores. Com o sucesso das fábricas do Sul, a Rio Anil posicionou-se em situação de inferioridade tanto em produção quanto em aparelhagem tecnológica.

Tudo parecia concorrer em oposição à Rio Anil. A explosão de um motor a gás, que funcionava há cerca de cinquenta anos, sem condições de recuperação foi motivo para substituí-lo. Seria a primeira substituição de uma máquina na Rio Anil desde que a mesma fora fundada.

Conclui-se por esse fato que havia uma ineficiência tecnológica dos equipamentos mantidos pelos empresários nessa situação precária.

Na madrugada de 20 de março de 1959, uma das Caldeiras explodiu, matando três operários e deixando um gravemente ferido, que faleceu posteriormente.

Durante 66 anos, a rotina era a mesma: o chefe da seção chegava para aquecer a caldeira. O queimar das lenhas subia pelos 45 metros da chaminé, e aquecia

a velha caldeira que não suportou a pressão e causou grande estrago e morte. Com referência ao acidente ITAPARY (1995, p.119) relata o seguinte:

O oxidado ventre da caldeira, com mais de meio século de operação, explodira. Das suas entranhas, água fervente e estilhaços de ferro quente espalharam morte e terror. Espessas paredes de pedra se fenderam, telhas e janelas, espedaçadas voaram para longe e a água quente, propelida violentamente através das aberturas da fachada sul, cozinhou a vegetação da galeria do tranqüilo Rio Anil.

Alguns operários, também, testemunharam o trágico acidente e relataram o seguinte:

Teve um desastre muito grande aqui desse lado com a caldeira, era uma máquina que trabalhava com negócio de lenha, era de mangue né, tinha um troço que saía lá, explodiu, matou um cachorro que ia passando, matou um moço que trabalhava, tudo aqui se queimou, foi horrível. (MARIA DAS DORES, fiandeira, ex-operária)

Aconteceu o acidente porque as caldeiras estavam muito quente, a tacada que ela saiu, ela foi longe, aí ela pegou assim num pé de árvore. Foi de manhã. Nessa hora não vinha passando ninguém. Os que viviam trabalhando, eles diziam pra gente: aí tá pra ter um acidente, aqui tá pra ter um desastre. (MARIA AMARAL, fiandeira, ex-operária)

O acidente foi na hora que todo mundo já tava dentro do serviço pra começar 7 horas, foi na hora da explosão, aí parou tudo de novo. Essa explosão foi pra ali pra dentro do rio. Se ela explode pra dentro, na seção eu eu estava trabalhando ultimamente, o Alvejamento, e ela explodiu de frente, morreu três colegas, saiu aquela cinza quente com aquele carvão, pegou nos peitos, pelou eles tudinho, porque eles trabalhavam muito nu de cintura pra cima, trabalhavam de calção porque os caldeiros metiam lenha nas caldeiras pra dá pressão pra máquina. A caldeira era velha não agüentou pressão. (CLOVIS CARRAMILO, ex-operário).

Sem qualquer possibilidade de reabilitação, os acionistas da fábrica foram, paulatinamente, vendendo suas ações. O maquinário, também, foi vendido e o terreno loteado. Não havia mais nada a ser feito: *Pelos 45 metros da chaminé jamais saíam os fumos que marcavam os céus da Vila Anil, que a fábrica transformara em um dos mais populosos bairros de São Luis.* (ITAPARY, 1995, P.124).

Nesse momento, a Fábrica Rio Anil já não existia mais. Os sócios que ainda restaram transformaram-na em Companhia do Desenvolvimento do Rio Anil.

A fábrica fez muita falta para seus operários e as lembranças são a memória de um tempo que deixou saudades.

Sobre isso, pode-se apresentar os depoimentos de alguns ex-operários:

Quando soubemos que ia fechar a gente ficou emocionado, ficou esperando, porque a gente ia ficar como ficou, todo mundo na rua. Muitos ainda tiveram direito, mas muitos não tiveram. O Deputado Millet assumiu toda a responsabilidade da fábrica, aí andou pagando uns, mas outros não. Tenho saudades desse tempo porque era a riqueza do Anil, era a fábrica e esse Rio Anil, que era o igarapé que a gente ia pescar, quando tava em casa dia de domingo e feriado que a gente não ia trabalhar. (CLOVIS CARRAMILO, ex-operário da Fábrica Rio Anil).

A fábrica foi minha vida, me criei, namorei a minha mulher lá, casei, tive doze filhos, criamos todos. Tinha muitos amigos. Aqui não existia essa porção de casas, tinha alguma aqui, outra ali; ali pô lado do Porto não tinha nada, só mato. A vida era essa, uma beleza, eu gostava muito e tenho saudades da fábrica, da minha mulher, do bonde, me emociona quando falo dessas coisas. (JOÃO CARRAMILHO, ex-operário da Fábrica Rio Anil).

Quando essa fábrica fechou foi horrível a situação, eu passei prá banco de lavar, com minha avó, lavava e engomava e a outra minha irmã mais velha foi trabalhar em casa de família, foi o jeito porque senão a gente passava fome, o que é que a gente ia fazer? Quando a fábrica fechou não foi só eu que sofri, todo mundo sofreu, sofreu demais mesmo. (MARIA DAS DORES, ex-operária da Fábrica Rio Anil).

Sinto muita saudade. Os quitandeiros não queriam mais vender prá nós, pois não tinha mais a fábrica, ficou tudo difícil. Aí tinha de criar, plantar, prá se manter. (MARIA AMARAL, ex-operária da Fábrica Rio Anil).

6 CONCLUSÃO

A economia maranhense passou por um processo significativo nos séculos XVIII e XIX, impulsionada pelo novo perfil traçado pela política pombalina, que deu ao Maranhão um engrandecimento ao cenário econômico que antes era destinado apenas à economia de subsistência.

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão favoreceu a cultura algodoeira, como também às exportações, colocando o algodão como sustentáculo do equilíbrio da balança comercial, entretanto fatores como a abolição da escravatura, a reestruturação da produção norte americana, fizeram com que a produção do algodão maranhense fosse se estagnando, vindo a sofrer baixa de preço no mercado europeu, em virtude da qualidade inferior ao produzido pelos Estados Unidos.

Embora a lavoura algodoeira estivesse em depressão o Maranhão ainda a manteve produzindo, mesmo que em menor escala, o que levou os produtores a investirem seus capitais em um outro ramo de atividade. Essa iniciativa alvorecia para uma nova estrutura econômica – o ramo da atividade fabril têxtil.

Essa atividade surgiu como nova experiência em busca de alternativas para salvar o capital comercial e agrário da província.

O período industrial favoreceu muito a economia maranhense, porém é lamentável que tenha durado pouco tempo, já que gerou muitos empregos, crescimento populacional, e até mesmo um considerável destaque no mercado internacional.

Nos finais do século XIX o Maranhão contava com um apreciável parque têxtil com aproximadamente doze fábricas em operação, produzido, anualmente, 10.265.000 metros de tecidos e empregando 2.634 operários.

Dentre essas unidades operadoras, encontrava-se a Fábrica de Tecidos Rio Anil, uma grande empresa geradora de empregos, produzindo o melhor morim do Norte Nordeste. Por vários motivos, dentre eles as constantes crises financeiras, a não renovação de seus equipamentos, e o acidente da caldeira que culminou com a morte de três operários, contribuíram para o fim daquela que havia funcionado por 68 anos durante os quais foram produzidos cerca de 180.000.000 metros de tecidos. Assim, em 1966 a Fábrica Rio Anil fechava seus portões definitivamente.

O setor têxtil prosperou a economia maranhense, o que não durou muito tempo, pois à medida que a crise se alongava, paulatinamente, as fábricas iam-se fechando, deixando apenas as marcas de um capítulo da história da indústria têxtil, que a partir de meados da década de sessenta fechou suas portas definitivamente, expirando, assim, o empreendimento que marcou a história econômica do Maranhão.

ANEXOS

ANEXO 7.1 - DIVERSAS SEÇÕES DA FÁBRICA RIO ANIL

Escritório> batedor grosso> batedor fino> caldas> massaroqueira grossa> massaroqueira fina> canelas> espulas> carriteira> máquina de espula grossa> máquina de espula fina> carriteira> ordideiras> engomador> remedeira> tecelagem> alvejamento> caldeiras> lavagem> abridor> secador> engomador> espichador> calandras> dobradeiras> banca para cortar> máquina de indústria> prensa para fazer os fardos.

Fonte: Ribeiro Filho, Vitor. Documentário: Vila do Anil, Fábrica Rio Anil, 1991, p.08.

ANEXO 7.2

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

QUESTIONÁRIO

1 – NOME: _____

2 – QUAL ERA A SUA FUNÇÃO NA FÁBRICA?

3 – QUAL ERA O SEU HORÁRIO DE TRABALHO?
ENTRADA _____
SAÍDA _____

4 - TINHA INTERVALO PARA ALMOÇO?
() SIM () NÃO

5 – QUAL ERA A SUA FORMA DE PAGAMENTO?
() MENSAL () QUINZENAL () SEMANAL

6 – COMO VOCÊ RECEBIA SEU PAGAMENTO?
() POR PRODUÇÃO
() SALÁRIO FIXO

7 – VOCÊ TINHA OUTRA ATIVIDADE FORA DA FÁBRICA?
() SIM () NÃO QUAL? _____

8 – TINHA ALGUM LAZER?
() SIM () NÃO QUAL? _____

9 - O TEMPO EM QUE TRABALHOU NA FÁBRICA, PRESENCIOU ALGUM TIPO DE GREVE OU MANIFESTAÇÃO POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO?
() SIM () NÃO

COMENTÁRIOS:

10 – O QUE A FÁBRICA RIO ANIL SIGNIFICOU PARA VOCÊ?

ASSINATURA: _____ DATA: ____/____/____

ENDEREÇO:

FONE:

8 BIBLIOGRAFIA

- 1 AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso**. In: Revista Nossa História nº 02, dezembro de 2003 pp. 28-33.
- 2 ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão**. Revista de História, USP – São Paulo.
- 3 BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação ao trabalho no século XX**. Zahar, Rio de Janeiro, 1977.
- 4 BOM MEIHY, José Carlos S. **Manual de História Oral**. Edições Loyola. São Paulo. 1996 pp.51-78.
- 5 CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense – 1875/1895. Estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do Nordeste brasileiro no final do século XIX**. Tese de Doutorado, USP- 1988.
- 6 CHAVEAU, Agnes & Tétrart, Philippe. **Questões para a História do presente**. Bauru. EDUSC, 1999, pp.127-130.
- 7 DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. 1ª edição. Brasiliense. São Paulo, 1982.
- 8 DELGADO, Andréia Ferreira. **A História Oral e as relações autor-personagem da narrativa biográfica**. Revista da Associação Brasileira de História Oral. nº 03. São Paulo, junho de 2000. pp.129-132.
- 9 FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. Belém, UFPA, 1998.
- 10 GARCIA, Maria Cristina. **A essência de O Capital. Resumo das Análises de Karl Marx do modo de produção capitalista**, livros I, II, III, 2ª edição. EDICON, São Paulo, 1994.
- 11 GOMES, José Tribuzzi Pinheiro. **Formação Econômica do Maranhão – Uma proposta de desenvolvimento**, FIPES, São Luis, 1981.
- 12 GROSSMAN, Jonathan. **Violência e silêncio: reescrevendo o futuro**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, nº 03, junho de 2000, pp.11-16

13 HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções- 1789/1848**. 15ª edição, Paz e Terra, 1977.

_____ **Mundo do trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**. 3ª edição revista. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

_____ **Os Trabalhadores. Estudos sobre a História do operariado**. 2ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 2000.

14 HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**, 21ª edição revista, LTC, 1986.

15 ITAPARY, Joaquim. **A Falência do Ilusório**. São Luis: ALUMAR, 1995.

16 LOBÃO, Cárita Santos. **A Rio e os Anilenses. Monografia apresentada ao Curso de História**. São Luis: UEMA, 1997.

17 MACHADO, Amadeus Elias. **Fábrica Rio Anil – uma retrospectiva histórica. Monografia apresentada ao Curso de História**. São Luis: UEMA, 1998.

18 MEIRELES, Mário M. **História do Comércio do Maranhão**. Associação Comercial do Maranhão.

19 MELO, Maria Cristina Pereira de. **O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)**, São Luis: SIOGE, 1990.

20 MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e Morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1895**. São Luis, UFMA, 1987.

21 NEVES, Lucília de Almeida. "Memória, história e sujeito: substratos da identidade". **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, nº 03, junho de 2000 p.109-115.

22 NOVAIS, Fernando A. **A Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**, 3ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1977.

23 PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo nº 03, junho de 2000, p.117-127.

24 PONTES, Jairo Ives de Oliveira (org). ETRID, Eline Fonteneles. SANTOS, Maria do Socorro, et al. **Nova História do Maranhão**, São Luis, 2001.

- 25 PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1997.
- _____. **História Econômica do Brasil**, 42ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1994.
- 26 REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850/1930)** Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.
- 27 REVISTA PROJEÇÃO. **Porque faliu o Parque Têxtil no Maranhão**. São Luis, ano I, nº IV, maio de 1980. p.5-14.
- 28 RIBEIRO FILHO, Victor. **Documentário-Vila do Anil. Fábrica Rio Anil**. São Luis, 1991.
- 29 SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de escravos no Maranhão**. Atica. São Paulo, 1983.
- 30 SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14ª edição. Graphia, Rio de Janeiro, 2002.
- 31 THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3ª edição. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987. Vol. I,II,III.
- 32 VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luis: Associação Comercial do Maranhão, 1992. Vol. I, II.